



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



TURISMO NOS ESPAÇOS URBANOS: IMPLICAÇÕES NAS DIMENSÕES SOCIAIS DO LAZER E DA CULTURA.

Aline Dornelles Madrid – Unijui/RS
e
Lívia Dornelles Madrid – Unijui e SESC/SC

Dados dos autores:

Aline Dornelles Madrid:

Professora, Graduada em Turismo, Especialista em Educação Ambiental pela Unicruz - RS/Brasil, Mestre em Desenvolvimento pela Unijui – RS/Brasil.

alinemdtur@yahoo.com.br

Lívia Dornelles Madrid:

Graduada em Biologia e Especialista em Ciências Ambientais, Saúde e Meio Ambiente pela URI/Universidade Regional Integrada das Missões – RS/Brasil.

livia_dm@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve estudo sobre os espaços urbanos com ênfase nas dimensões sociais do lazer e da cultura dentro no contexto turístico. Os problemas que suscitaram essa pesquisa bibliográfica constam da problemática relativa ao progresso urbano. Quais os avanços e os retrocessos do desenvolvimento das cidades? Em que essas mudanças implicaram para o desenvolvimento do turismo nos espaços urbanos? Como viabilizar as dimensões sociais do lazer e da cultura em áreas construídas especialmente para o domínio econômico e financeiro? Essas problemáticas são analisadas primeiramente pelo viés dos efeitos da globalização, da expansão das fronteiras e das mudanças nas relações sociais. Esses efeitos criaram crises nos quais as cidades foram se constituindo sem planejamento, ou sem o cuidado necessário onde os cidadãos pudessem ter acesso aos seus direitos e garantias de qualidade de vida. Os processos de ocupação do espaço, além de serem limitadores das dimensões sociais do lazer e da cultura, também implicam na degradação ambiental, quando o planejamento urbano é mal feito ou é inexistente. Por outro lado, as crises provocadas pelas mudanças mundiais, geraram inquietações importantes, multiplicando o clamor público para mudanças positivas do uso dos espaços urbanos para o turismo. Essas inquietações, produziram alguns avanços valiosos tais como dez requisitos de cidade sustentável elaborados pela Organização Mundial da Saúde. Assim,



estreitam-se os laços entre as cidades e as dimensões do lazer e da cultura nos espaços turísticos, pois que os cidadãos entendendo a importância da cultura e do lazer, podem promover em conjunto com os poderes público e privado, ações pertinentes que alavanquem, ou estimulem melhorias de infraestruturas urbanas, visando a qualidade de vida e a inclusão social.

Palavras-chave: Turismo. Lazer e cultura. Planejamento. Sustentabilidade.

Introdução

A temática qualidade de vida tem sido um assunto amplamente discutido na mídia e nos ambientes acadêmicos. Com o acesso facilitado aos meios de comunicação, aos transportes e a abertura de fronteiras, os cidadãos passaram a visualizar e vivenciar culturas que durante muito tempo estavam restritas aos espaços geográficos.

Com a globalização, os referenciais de longe e perto mudaram. Hoje se pode estar em determinado espaço e em poucas horas em outro, quando esse mesmo deslocamento em tempos atrás levava dias, ou até mesmo meses para ser feito. Nos dias atuais os limites geográficos não chegam a ser barreiras intransponíveis, facilitando a expansão de indústrias, do comércio, das trocas e misturas culturais. Os efeitos da globalização, abriram caminhos para mudanças comportamentais, econômicas e até mesmo mudanças políticas / sociais em diversos países.

O setor de viagens e lazer vem sofrendo transformações ao longo dos tempos, influenciada pela “explosão” demográfica e pela recuperação e modernização dos transportes e das comunicações, fortalecidas e difundidas pela globalização. Assim, o turismo surge como um conjunto de atividades capazes de auxiliar o meio ambiente, gerar recursos, renda, emprego e auxiliar no acesso a cultura e lazer, direitos garantidos a todos os cidadãos.

No entanto, questiona-se como o turismo, que abrange a prestação de serviços e a oferta de produtos, pode estar ao alcance dos cidadãos e auxiliar no progresso das cidades? Pois que ele é constituído de atividades complexas e que exige um trabalho conjunto do poder público, dos empresários, dos turistas e dos habitantes locais, em fim, da comunidade como um todo. Também pensa-se em como as cidades podem se organizar para atender as demandas e os direitos dos cidadãos ao lazer e a cultura?

Para pensar no turismo como um elemento capaz de alavancar a cidadania, é preciso lançar um olhar especial sobre as estruturas das cidades. Com o aumento de demanda de habitantes, visitantes, comércio e indústrias a urbanização ganhou contornos complexos e até mesmo confusos. O ambiente foi afetado de tal maneira que o próprio cidadão tem sentido esses efeitos diariamente seja pela poluição do ar, das águas, o



aquecimento global, a produção de resíduos descartáveis no ambiente, a diminuição de espécies de fauna e flora entre outros.

Pensar e refletir sobre qualidade de vida, implica buscar compreender não só a constituição física das cidades, mas o processo de urbanização, focando as dimensões do lazer e do acesso à cultura. O turismo tem esse importante papel, destacar o que as cidades têm de melhor, criar condições positivas de uso dos espaços urbanos e principalmente, estar disponível não só para turistas e visitantes, mas para os habitantes das cidades, elencando prioridades para tornar a vida urbana melhor e valorizando as culturas locais, que são patrimônios ricos e insubstituíveis.

O progresso urbano precisa ser replanejado, considerando a demanda crescente por vida saudável, por melhores condições de moradia, espaços e tempo disponíveis para a prática do lazer, das manifestações culturais e dos movimentos democráticos para o uso sustentável das cidades, diminuindo os níveis de desigualdades sociais.

A sociedade atual está em transformação constante, com um crescimento vertiginoso nos mercados econômicos, ampliando a competitividade, o consumo e os conflitos resultantes desse avanço. Essa tendência externalizada nas relações humanas é frequentemente observada nas atividades turísticas onde as possibilidades de trocas, conflitos e impactos é maior entre os agentes desse processo e dinamizada dentro das cidades. Mas cabe destacar que esses efeitos vem ganhando destaque na sociedade pós-moderna devido à rapidez com que ocorrem as modificação nos interesses e nas condutas.

Este artigo tem por objetivo geral realizar um estudo breve sobre o progresso urbano e as implicações desse para o desenvolvimento das dimensões sociais do lazer e da cultura, utilizando o turismo como ferramenta para melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, visando a sustentabilidade. Para tanto apresenta uma análise da temática relacionada ao processo de urbanização cuja expansão transcorre com maior força e rapidez devido ao fenômeno da globalização, que abriu fronteiras aproximando pessoas e lugares; e também se observará no texto que segue, a relação das cidades com as atividades turísticas e no modo como poderiam ser utilizadas no desenvolvimento harmonioso das dimensões sociais e culturais, alvos da qualidade de vida tão almejados.

O processo de urbanização: avanços e retrocessos

A mundialização, processo esse que vem determinando o comportamento social de inúmeras comunidades propiciou ao longo de vinte e trinta anos uma transformação no



modo de viver, nas relações entre as pessoas e entre os povos, a maneira como cada cidadão ocupa seu tempo livre e destina parte desse período para o lazer e as viagens, podendo muitas vezes provocar crises sociais.

Um dos efeitos mais expressivos dessa crise que as sociedades enfrentam, está no fato de que o significado do tempo livre também mudou. Hoje ele pode ser considerado um “fazer nada”, ou ócio, tanto para o lazer individual como coletivo. “Muitas vezes as atividades realizadas no tempo livre servem para reforçar habilidades ou conhecimentos necessários à atividade profissional” (Trigo, 1998, p. 34). Dessa maneira, as viagens podem ganhar elementos que complementam a ideia de lazer e trabalho associadas, justificando a mudança no perfil atual dos turistas.

Grande parte da sociedade fica perplexa com as inúmeras mudanças ocorridas e a valorização crescente do tempo livre e do direito de sentir prazer, causando um enfrentamento de velhos paradigmas enraizados em conceitos de viagens de descanso, para poucos e com grande investimento financeiro.

Esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que se pode concluir que é a própria modernidade que está sendo transformada. Dessa forma, as sociedades passam a ser consideradas sociedades de mudança, mudança constante, rápida e permanente, trazendo para os sujeitos, reflexões a cerca da vida atual frente às experiências de convivências com mudanças rápidas, abrangentes e contínuas (HALL, 2006, p.14).

Ser um cidadão do mundo pode acarretar em um desafio ainda maior ao ser humano, que tem passado por crises importantes em sua identidade, em sua cultura em seu ambiente. Muitos desses efeitos foram e são produzidos pela rapidez com que as pessoas se deslocam de um canto ao outro do planeta, confrontando culturas e costumes nem sempre de forma pacífica. As atividades turísticas são esses elementos conflitantes, pois elas propiciam esse encontro e nem sempre aqueles que trabalham com esse setor, avaliam os efeitos positivos e negativos existentes entre turistas, residentes e a natureza.

Cabe apontar, que tanto as transformações sociais como as econômicas, fomentaram ações de mudanças, não só nas relações do homem com o homem, mas do homem com seu espaço de convívio, como sua cidade, provocando transformações urbanísticas, na ampliação da construção civil, industrial e a destinação de algum recurso e espaço para o descanso.

Bauman (2003) traz o debate sobre a relação das pessoas com esse espaço construído e desconstruído com a globalização. Para ele esse lugar onde se espera passar toda a vida, existe a partir da “batuta do agente imobiliário, floresce e começa a



decair no prazo de uma geração (2003, p. 46).

Para se pensar as cidades como espaços importantes, precisa-se refletir sobre a dualidade existente nos processos de construções sócio espaciais e na forma como o poder público levará esses avanços. Como relata Grostein (2001) o poder público assume a cidade “formal”, onde está concentrado os investimentos urbanos, mas existe a cidade “informal, construída a margem, onde ocorre a expansão urbana ilegal e a exclusão social.

Dessa forma, a constituição do acesso à cidade não se dá de forma igualitária, fomentando a desigualdade social na forma dos assentamentos ilegais, mais conhecidos como favelas, loteamentos clandestinos e cortiços. Essa é uma realidade de todas as metrópoles brasileiras, não somente das que tiveram seu crescimento de forma acelerada, mas também das metrópoles com crescimento mais recente, o que demonstra a permanência desse padrão de urbanização e a falta de controle do poder público em prover moradias para as populações com menor poder aquisitivo.

A evolução desse processo urbanístico sem o devido respaldo e planejamento, resultou no agravamento de práticas predatórias ambientais, pois acelerou processos de erosões, gerou desmatamentos e poluição de mananciais, pois geralmente a área onde essa população consegue fixar moradia fica em fundos de vales ou acaba impermeabilizando solos de várzea.

A falta de políticas de desenvolvimento urbano, de forma que prime pelo meio ambiente fica evidenciada quando analisam-se as disfunções do crescimento urbano, como a dissociação da expansão urbana da oferta de transporte público e a construção aleatória e inadequada de malhas viárias, com impermeabilização de solos com pavimentações, sem projetos de macrodrenagem (GROSTEIN, 2001).

A intervenção humana sobre a natureza na construção das moradias e melhorias habitacionais está chegando a um ponto quase sem solução, como se observa ao destino dado aos resíduos gerados pelas cidades (COSTA, 1997). Os rios estão recebendo grande carga de esgoto, em volumes que superam os originais dos afluentes, matando – os completamente. As canalizações de córregos que passam por dentro das cidades acabam desvirtuando seus leitos originais, causando enchentes e outros transtornos.

Costa (1997) esclarece ainda que, na expansão urbana não se pensa na proximidade entre o local de moradia e o trabalho, ou dos centros de consumo, mas somente em facilitar o deslocamento rápido, o que nem sempre se consegue nas grandes cidades.



Considerando as cidades como construções desregradas, criadas em função da expansão da população, sem um planejamento mínimo que considere a qualidade de vida do cidadão, é que Jatobá (2006) alerta para as diferenças abusivas dentre os grupos sociais, criados em função dessas disparidades.

Ele explica que os grupos sociais com maior poder econômico e político tendem a obter maior acesso aos recursos naturais disponíveis e que estão em outros locais e, conseqüentemente, apresentam maior potencial de degradação ambiental, enquanto os grupos sociais em condições menos favorecidas têm menor acesso aos recursos naturais e tendem a sofrer mais com os processos de degradação ambiental.

Os projetos de grande escala, como a construção de barragens e grandes projetos agropecuários, abrangem extensas porções territoriais, consomem grande quantidade de recursos naturais e alteram profundamente as condições ambientais, forçando muitas vezes, a população a migrar para outras localidades. Se nas regiões pobres do mundo os recursos naturais são, em geral, a principal fonte de sobrevivência das populações tradicionais e pobres, alterações ambientais de grande porte tendem a afetar severamente a capacidade de sustento dessas populações (JATOBÁ, 2006), o que torna necessário que esta mesma população se adapte e crie novas formas de sustento, de lazer e espaços para a manifestação de cultura.

Nota-se, no entanto, que a utilização do espaço para a formação de comunidades, vilas e cidades, nem sempre foi da maneira como hoje se apresentam, ou se desenvolvem. Antigamente, as cidades eram espaços de vida, elas se constituíam em uma unidade que conservava uma dimensão humana que permitia a expansão contínua das construções.

Krippendorf lembra que as habitações, as casas, as praças e as ruas, domínios particulares, semi-privados e públicos formavam elementos complementares de um conjunto harmônico (2009).

Esta situação modificou-se radicalmente com o advento da era industrial. A estrutura das cidades adaptou-se às necessidades da economia, e o desenvolvimento passou a obedecer apenas às coerções econômicas (KRIPPENDORF 2009). A economia, durante muito tempo, foi a grande promotora do progresso. Progresso esse com base na ampliação de indústrias, expansão de empresas e fábricas, criando a expectativa de que a qualidade de vida só poderia estar em locais que se desenvolvessem financeiramente, gerando emprego e renda.

Essas mudanças criaram uma atmosfera de desconfiança que Bauman explica: como se houvesse um espaço vazio, onde nada permanece o mesmo, durante muito



tempo, e nada dura o suficiente para ser absorvido, tornar-se familiar e transformar-se no que as pessoas ávidas de comunidade e lar procuravam e esperavam, mas não se concretiza de fato. (BAUMAN, 2003).

A economia dita as regras das cidades, basta analisar como e onde estão concentrados a oferta de empregos, os melhores pontos comerciais e o maior número de instituições educacionais. Para Krippendorf, os habitantes que ora viviam nos centros urbanos – com exceção dos ricos – não podem mais permanecer nesses espaços. Na linguagem desse sociólogo esses cidadãos são “expulsos, banidos de seu próprio bairro, desenraizados e transplantados para outro local” (2009, p. 121).

A liberdade na mobilidade que hoje os cidadãos têm acesso cria uma falsa expectativa na melhoria da qualidade de vida. O movimento das pessoas do centro para as periferias cria dimensões adversas como a concentração falsa dos ricos nos centros urbanos e dos pobres às margens das cidades. Notadamente os investimentos ao lazer e às melhores condições urbanísticas não estão nas periferias.

Os processos de ocupação do espaço, além de serem limitadores das dimensões sociais do lazer e da cultura, também implicam na degradação ambiental, afetam rios, lagoas, paisagens naturais, que por algum tempo fizeram parte da imagem das cidades, mas que foram diminuindo e perdendo terreno para o concreto, as construções e o asfalto.

O zoneamento urbano, formulado na década de 1970 (GROSTEIN, 2001) ao invés de ampliar os benefícios para a população, funcionou como limitador da oferta de moradia, contribuindo para a escalada da ilegalidade urbana. Com isso, o aumento das práticas predatórias ambientais acaba por afetar não somente as áreas ocupadas pela população de baixa renda, mas a população como um todo, evidenciando a negligência do Estado perante a formulação de políticas de desenvolvimento urbano e dinâmicas de expansão urbana.

A temática territorial está implícita na noção de desenvolvimento sustentável, pois decorre da perspectiva de articular sociedade e natureza (JATOBÁ, 2006), de forma a se fazer justiça social. Além disso, a crise ambiental nas regiões socialmente desiguais faz parte de um processo político, pois os conflitos ambientais locais são decorrentes de processos produtivos globais e de interação com diversos atores sociais dotados de capacidades desiguais de poder e de decisão (JATOBÁ, 2006).

O desenvolvimento é condição necessária para a realização do bem-estar das populações e o Estado deve ser atuante no planejamento e na promoção desse desenvolvimento, que como se percebe, merece ser construído não só pelo viés



econômico, já que só nesse aspecto nem mesmo o turismo poderia ajudar na diminuição das desigualdades sociais.

Há diversos autores que pensam o desenvolvimento atrelado ao conceito de sustentabilidade e estão preocupados em ressignificar os valores na produção e no consumo. Alguns pensam até em desaceleração do crescimento, como uma medida para diminuir a entropia e tentar reduzir os impactos negativos na natureza.

O ponto que se tenta destacar com esse estudo é o de buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento de um turismo fundamentado nas temáticas sociedade/ambiente/economia. Assim pretende-se reforçar novas maneiras de se pensar um mundo sustentável atrelado a uma mudança de atitudes, de consciências, lembrando o valor da natureza para que a espécie humana tenha uma condição de vida mais confortável, equilibrada e saudável e de valorização do cidadão como agente dessa mudança de postura.

Um avanço que se faz importante recordar e o que a Organização Mundial da Saúde, traz, como determinação para os dez requisitos de cidade sustentável, ou saudável:

1. Um ambiente físico limpo e seguro.
2. Um ecossistema estável e sustentável.
3. Alto suporte social, sem exploração.
4. Alto grau de participação social.
5. Necessidades básicas satisfeitas
6. Acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações.
7. Economia local diversificada e inovativa.
8. Orgulho e respeito pela herança biológica e cultural.
9. Serviços de saúde acessíveis a todos.
10. Alto nível de saúde.

Cada um desses dez itens ajudam no avanço do pensamento de ações sustentáveis para as cidades e para que os cidadãos possam usufruir com maior qualidade de vida desses espaços, destinando parte do seu tempo para a prática de atividades, sejam elas de lazer, de trabalho, de manifestação cultural, social ou religiosa. No entanto, é preciso que os poderes públicos estejam juntos com as comunidades, inseridos nesse processo democrático do uso consciente e sustentável das cidades.

Porém não bastam apenas ações dos empreendedores do turismo, mas uma ação coletiva e de permanente evocação de debates de alternativas em políticas públicas para as cidades, que pensem o ser humano e o meio ambiente, auxiliando para uma tomada



de consciência do que seja qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Isto implicaria em um novo modelo de sociedade e de cidadania, que difundam a sustentabilidade do turismo.

O que se observa, portanto é a pouca preocupação com a organização desse espaço urbano para a prática do turismo. A maioria são cidades industrializadas, onde o processo de urbanização acontece em função de estruturas para o mercado, para a produção e não para o lazer de todos. Procede dessa organização uma espécie de expulsão do homem da cidade, para outros lugares, caso seu desejo seja o de aproveitar o tempo livre para o lazer.

É evidente que a organização das cidades, visando promover o turismo e a qualidade de vida, precisa considerar as relações dos sujeitos, nesse caso o cidadão com as dimensões do lazer e da cultura e a importância que cada um ocupa nos espaços urbanos, seja na iniciativa privada ou pública. Por isso as ações precisam ser coordenadas de forma conjunta, incentivando a participação das comunidades, dos empreendedores, dos agentes públicos, em fim, de todos aqueles que podem tornar viáveis as atividades turísticas e também a estruturação das vias urbanas, respeitando os valores sociais e culturais de cada localidade.

A relação das cidades com as dimensões do lazer e da cultura nos espaços turísticos

As cidades têm contribuído com a emissão de pessoas para outros lugares, pois que não comportam oferecer estruturas adequadas para o ócio. Isso impele o indivíduo a viajar, a procurar fora o que não encontra dentro de seu local de habitação. Isso não é, portanto, o resultado só de um impulso pessoal quanto à influência do meio social que fornece, a cada um, as suas normas existenciais.

Essa sociedade do consumo, da produção, condiciona as férias e o turismo para espaços distantes do universo cotidiano, construindo a hipótese de que o direito às férias e o direito às viagens está presente longe do local de domicílio. A necessidade ao descanso é reconhecida e voltada para o turismo, transformada dessa maneira em viagem. Contudo, esse desejo manifestado poderia ser satisfeita em casa, se fossem criadas condições aprimoradas para isso. “Mas, ou não se pensou nisso, ou há muito tempo se renunciou à luta pela melhoria da moradia urbana e pela humanização das condições de trabalho. Eis como a viagem se tornou uma norma social” (Krippendorf, 2009,p. 36).



Dada a necessidade que o homem tem de também exercer seu direito ao descanso, ao lazer, é que o turismo encontra terreno fértil e em plena expansão, para auxiliar comunidades e espaços urbanos a manter seus cidadãos nas cidades, atrair investimentos sustentáveis, bem como movimentar as dimensões econômicas e sociais, sem que isso cause prejuízo a dimensão ambiental.

Problemas ambientais, hoje, são nossos problemas socioambientais. Fatalmente, onde quer que o homem esteja, numa aldeia nas montanhas, longe da civilização, no meio de multidões nos grandes centros urbanos, nos trens dos subúrbios, todos serão mais ou menos afetados.

Ortiz (1997) argumenta que cultura e espaço encontravam-se intimamente articulados a um território fisicamente demarcado, e cada cultura possuiria fronteiras que lhes são próprias, embora a sua dimensão pudesse variar. Mas, segundo o autor, a mundialização da cultura e a globalização das sociedades tornaram difícil discernir entre os limites de cada cultura e povo, pois essa integridade espacial foi rompida. Com isso, a territorialidade da cultura, não mais se vincula ao espaço físico.

Segundo Sachs (2000), a cultura atua como mediadora entre a sociedade e a natureza. Sendo assim, cultura é um conjunto de valores, dos usos e das instituições, profundamente ligado a postulados éticos, bem como está articulado com uma outra variável da harmonização do social, do ecológico e do econômico, que é o estilo de vida.

É um equívoco tratar a cultura como um instrumento meramente da sustentação do desenvolvimento econômico ou se ela fosse algo estático (FERREIRA, 2000). As atividades culturais podem ser vistas, segundo a autora, em termos de sustentabilidade cultural, tendo seu papel constitutivo e sua importância como objeto do próprio desenvolvimento, sendo que seus valores em mutação não devem ser afetados por demandas conflitantes.

A ênfase na cultura como fator de sustentabilidade é recente, principalmente nas políticas públicas (VECCHIATTI, 2004). Um importante fator, segundo a autora, é o seu desenvolvimento nos dias atuais, pois não se restringe a um segmento específico, mas permeia diversas ações da sociedade, lidando com a criatividade entre o antigo e o novo, impulsionando a sociedade a construir uma relação de referência com o futuro.

A medida que o indivíduo se conscientiza da repercussão dos atos atuais no futuro, desenvolve-se uma responsabilidade no senso comum. Isso apesar de não podermos prever as contingências implicadas na evolução cultural. Para que isso ocorra, Vecchiatti (2004) afirma que o desenvolvimento cultural deve partir do reconhecimento dos cenários nos quais a sociedade interaja, mudando valores e incentivando a compreensão da



cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das populações. Para isso deve-se valorizar as identidade individuais e coletivas, promover a coesão nas comunidades e considerar que, as características culturais de um determinado território, podem ser um fator de crescimento turístico.

O lazer e a cultura são valores levados em conta no planejamento e na organização do turismo. Porém, devem ser também motivo de profunda observação e análise de suas reais implicações frente ao estilo de turismo desenvolvido na contemporaneidade e conseqüentemente nos tipos diversos de turistas que surgem a cada nova modalidade.

São muitas as modalidades de turismo que se propagam pelo mundo, cada qual com uma ou várias características diferentes, geralmente focadas no atrativo principal da região, que pode ser o ambiente natural, as culturas, os negócios e até mesmo as compras.

De acordo com cada tipologia, o produto turístico também será específico. Há aqueles em que o foco são os centros universitários, outros, os eventos empresariais e científicos. Aqueles que são para um determinado público, como o turismo de terceira idade e o turismo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais). Cada um desses estilos, retratam a vocação turística de determinado núcleo e dependem exclusivamente do tempo que cada pessoa destina às suas viagens e a importância que dá ao lazer no seu tempo livre.

Sotomayor (1959), em seus estudos, apresentou três grandes grupos que poderiam determinar nas pessoas o desejo turístico, relacionando-os às motivações que o turista tem para fundamentar sua viagem. São elas: a) diversão e descanso; b) busca de evasão; c) emprego do tempo livre de acordo com uma dimensão humana. Dada as circunstâncias, em todos os tempos existiu mais ou menos latente, a tendência em determinados povos, para evadir-se, mudar de lugar, a curiosidade das paisagens, imagens desconhecidas e o desejo de transplantar-se voluntariamente a outros solos e culturas.

Cabe ressaltar a necessidade da compreensão das motivações que levam o turista a escolher o que fazer no seu momento de ócio e como pensam as viagens e os aspectos relativos ao lazer. Para isso Taylor (in THEOBALD, 2001, p. 286/287) traz as seguintes suposições:

1 - Há na população grupos identificáveis baseados em como as pessoas organizam e valorizam a viagem, isto é, como elas pensam a viagem;

2 - Há na população grupos identificáveis baseados nos benefícios buscados em



viagens de lazer específicas;

3 - Há na população grupos identificáveis baseados nas atividades, interesses, locais e instalações exigidos a fim de concretizar os benefícios buscados em viagens de lazer específicas.

Para esse autor, analisar como o turista pensa as viagens e o que determina o lazer pode trazer consequências positivas para a diminuição dos impactos gerados na interação homem, ambiente e sociedade. A discussão sobre os conceitos de lazer e cultura e a influência destes na efetivação das atividades turísticas, constituem em ações de grande importância quando na criação de propostas para um turismo ressignificado.

Parker (1978) afirma que há três formas gerais de definir o lazer: A primeira se refere às 24 horas do dia e a rotina desempenhada dentro das subdivisões do relógio. A segunda, não é determinada no que é feito no tempo marcado pelo relógio, mas na qualidade na ocupação desse tempo. E a terceira: Combina o componente residual, ou de tempo, com a afirmação normativa sobre o que o lazer deveria ser (PARKER, 1978).

Uma compreensão adequada de lazer exige que se considere tanto as suas dimensões de tempo quanto as de atividade. Para Parker, a quantidade de tempo que dispensamos para o lazer, determina o que podemos fazer nesse período. Contudo, lazer é muito mais que o “tempo livre”, porque o tempo que muitas pessoas têm ociosas no seu dia, não significa que estejam gozando de um verdadeiro lazer. Isso pode requerer de cada pessoa um ressignificado maior e melhor sobre o que seja útil fazer no tempo em que não se está trabalhando. Krippendorf (2009) fala que a possibilidade de sair, de viajar, reveste-se de uma grande importância:

Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar dele, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos. O lazer e, sobretudo, as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Eles devem reconstituir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida. (2009, p. 34)

Para alguns sociólogos como Joffre Dumazedier (1967), o lazer deve atender três funções principais para os cidadãos: repouso, diversão ou enriquecimento de seus conhecimentos e de sua participação social. Ou seja, o passatempo pode ser o antídoto contra o tédio, estimulando o desenvolvimento da personalidade e exercendo funções para o grupo social, como fator de convergência e identificação nesses grupos. Além de servir de alavanca, ou estímulo para a melhoria de infraestruturas urbanas.

Essa melhoria urbanística é indispensável, para que seja ofertado às populações acesso ao que Domênico De Masi (2000) denomina de ócio útil, ou ócio criativo, pois



demandam necessidades estruturais importantes nas cidades e principalmente nos locais destinados ao exercício turístico.

Dessa forma, as fronteiras territoriais se rompem. Diferentes agentes são envolvidos em cada local, com resultados distintos, apesar dos processos serem semelhantes, envolvendo parcerias entre setores públicos e privados, a médio e longo prazos, cujo planejamento esteja centrado em ideias que resultem em resultados satisfatórios de progresso urbano, sem que isso prejudique o acesso aos espaços de manifestações culturais.

Se não houver investimentos no ser humano, as áreas produtivas não funcionarão. É preciso investir em saúde, cultura, lazer e informação. O desenvolvimento e o crescimento econômico, por sua vez, não se dará a partir de um elemento específico da cultura, mas sim pela interação entre diferentes centros de influências culturais e pelas políticas públicas, capazes de impulsionar o aperfeiçoamento e a interações desses mecanismos. Dessa forma, as políticas culturais devem desempenhar um papel significativo na promoção da sustentabilidade, pois recria uma teia de comunicação no espaço público (VECCHIATTI, 2004).

Vecchiatti (2004) nos esclarece que os trabalhos culturais são pouco explorados nas ações promotoras da sustentabilidade, apesar de a subjetividade humana fazer um registro ecológico de nossas ações, pois novas ideias envolvem mudanças em nossa visão de mundo; o que parece possível no imaginário poderá ser efetivo na prática.

Não há, entretanto como excluir o turismo dessa construção de significados do lazer e das viagens para os indivíduos. Cabe às atividades turísticas darem conta da demanda crescente e principalmente, lançar mão de subsídios que contemplem tanto as cidades como os ambientes naturais e culturais, oportunizando o uso dos espaços em cultura viva. A cultura para o turismo é produto direto das manifestações humanas.

Beni (2001, p. 86) entende cultura como “conjunto de crenças, valores, e técnicas para lidar com o meio ambiente, compartilhado entre os contemporâneos e transmitido de geração a geração”. Para esse autor, a cultura dá às pessoas respostas prontas às questões básicas e, assim, destaca o que eles têm em comum. Embora o homem crie e transforme as suas culturas nas sociedades atuais, a qualquer momento a cultura pode ser vista aprisionando seus membros em padrões de comportamento e com sentidos suficientemente diferenciadores, de forma que é possível distinguir povos entre si (BENI, 2001).

Já o conceito de turismo, visto como fenômeno, pode envolver diferentes abordagens, sendo importante o papel de reestruturação do sistema econômico e do



território. Nessa atividade, Coriolano destaca a existência da interação de lugares, mercados, pessoas, empregos, trabalho, políticas como força motriz do desenvolvimento regional. “O destaque definidor do turismo, é o lazer na viagem, isto remete ao cerne do turismo, porquanto se não houver, lazer e entretenimento, prazer e satisfação, não há turismo” (2006, p.40). Mesmo com a existência concreta desses lugares, ambientes, o turismo é em si uma abstração desses patrimônios (naturais, culturais, históricos) a serem usufruídos pelas populações locais e viajantes.

Por isso o turismo tem uma dupla função: ele é resultado da experiência cultural que enriquece as comunidades visitadas e também realiza a avaliação dessa relação, através do planejamento das atividades. Constata-se que o turismo pode ser um meio de preservação de valores culturais que apresentam também um valor específico para o turismo.

A interpretação dos patrimônios, seja cultural, ou ambiental de forma integrada à biodiversidade, à cultura, à história por meio da visão da comunidade residente, busca resgatar a identidade cultural formada ao longo do tempo, agregando ao turismo os atrativos produzidos.

o turismo insere-se num amplo processo de regeneração das culturas e das identidades locais, enquanto estratégia de inserção econômica e de diferenciação no mercado, dando origem a novos contornos e matizes às manifestações festivas. Para além da aculturação, compreende-se atualmente que os sistemas culturais postos em contato incorporam determinados elementos, promovendo constantes reinterpretações e resignificações culturais, sendo os grupos sociais agentes criativos da mudança e da inovação (Vecchiatti, 2004, p. 95)

Além disso, ao mesmo tempo em que aproxima e promove a interação entre os grupos sociais, o turismo altera a configuração territorial. O intercâmbio cultural acelerado, em conjunto com as atuais tecnologias da informação e da comunicação, desconstrói a concepção tradicional do termo cultura, pois ocasiona o surgimento de produtos culturais híbridos, que transitam em diferentes sistemas culturais e não possuem fronteiras definidas, A atividade turística suscita a reprodução de novas dinâmicas através das práticas culturais e dos lugares onde estão inseridos.

Não há como pensar o turismo, sem relacioná-lo com o lazer e a cultura. Esses dois aspectos estão intrínsecos aos conceitos de turismo e de sustentabilidade porque determinam toda uma conjuntura de ações importantes para o desenvolvimento das atividades, que precisam estar focadas em planejamentos que garantam no mínimo o que já é previsto em lei.

Assim como as viagens foram, por muito tempo, sofrendo modificações de acordo com o progresso das cidades, o turismo precisou, também, perceber as novas estruturas



jurídicas que se formavam para tornar as atividades reais e acessíveis aos cidadãos, fundamentadas em princípios de códigos de ética.

O Código Mundial de Ética do Turismo foi organizado, segundo Badaró (2002), para dar maior abrangência ao turismo e definir a aplicabilidade dos conceitos de visitante, turista e turismo, visando evitar o desenvolvimento desregrado e ditar regras que protegessem a população de consequências danosas do seu mal planejamento.

As normas são importantes porque marcam a conduta do turista para com o ambiente e com a comunidade que o recebe. Da mesma forma, a comunidade se organiza para atender respeitosamente o visitante que chega e que direta, ou indiretamente contribui com o progresso local.

Badaró (2002) complementa, enfocando que os deveres e responsabilidades do turista podem ser traduzidos em princípios que despertem o interesse, por meio de um processo de reflexão do turista sobre o turismo, que podem ser:

- compreender ao invés de apossar-se;
- olhar em vez de pegar;
- alcançar em vez de conquistar.

Esses princípios colaboram com estratégia de uso consciente do espaço, do ambiente, das culturas, respeitando as diferenças, os costumes e o modo de vida daqueles que recebem o turista, mas que não querem a destruição, ou descaracterização do seu modo de viver.

Dessa maneira, o Código de Ética do Turismo e seus dez princípios, foram elaborados para destacar o que já havia sido discutido e expresso em diversos instrumentos legais de cunho internacional, tais como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948;
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966;
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Públicos de 1966;
- Convenção de Varsóvia, sobre transporte aéreo, de 1929;
- Convenção Internacional da Aviação Civil de Chicago, de 1944, bem como as convenções de Tóquio, Haia e Montreal, a ela relacionadas;
- Convenção sobre as facilidades alfandegárias para o turismo, de 1954, e protocolo associado;
- Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972;
- Declaração de Manilla sobre o Turismo Mundial, de 1980, Resolução da 6ª Assembleia Geral da OMT, em Sófia, que adotou a Carta do Turismo e o Código do Turista, de 1985;

- 
- Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 1990;
 - Resolução da 9ª Assembleia Geral da OMT, em Buenos Aires, relativa às matérias de facilidades para viagens e seguranças dos turistas, de 1991;
 - Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de junho de 1992;
 - Resolução da 11ª Assembleia Geral da OMT, no Cairo, sobre a prevenção do turismo sexual organizado, de 1995;
 - Declaração de Estocolmo contra Exploração Sexual de Crianças com Fins Comerciais, de 1996;
 - Declaração de Manilla sobre os Efeitos Sociais do Turismo, de 1997; convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria de convenções coletivas, de proibição do trabalho forçado e do trabalho infantil, de defesa dos direitos dos povos autóctones, de igualdade de tratamento e de não-discriminação no trabalho.

De acordo com Badaró (2002), o Código Mundial de Ética do Turismo aspira por ser um documento vivo, “pois seus signatários entendem que de autoeducação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e de sua diversidade”, fazem a diferença no desenvolvimento de qualquer atividade que envolva pessoas.

O compromisso deste estudo, é procurar verificar as implicações do lazer e da cultura, como determinantes legais, para turistas e comunidades dentro de uma concepção sustentável. As viagens, e as diversas formas de lazer devem, respeitar a igualdade entre homens e mulheres, promover os direitos humanos e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, especificamente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas, e os povos autóctones (BADARÓ 2002).

Dentre os inúmeros aspectos observados no Código de Ética do Turismo, está a garantia ao lazer, expresso pela OMT quando determina a conciliação da sustentabilidade, não só ambiental e econômica, mas a sustentabilidade social, garantindo à todos, sem distinção de raça, cor, credo, gênero, o uso ao tempo livre, acesso à cultura, e as diversas formas de lazer, inclusive ao turismo.

Fazer turismo é bem mais que viajar e visitar monumentos; é garantir ao cidadão, independente da raça, da cor e do sexo o acesso e o uso dos recursos naturais e culturais disponíveis. É poder usufruir da conquista histórica do lazer e do tempo livre para conhecer lugares, trocar saberes, se aproximar e se distanciar de limites e fronteiras. Cabe ao planejador e gerenciador do turismo oportunizar ao cidadão o conhecimento dos



diversos tipos de turismo e colaborar na promoção da educação turística, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

Considerações Finais

O estudo do turismo é, hoje, relevante processo acadêmico, porque busca uma nova compreensão do lazer e do tempo livre nesse contexto de mundo pós-moderno. Muitos foram os problemas apontados nesse artigo em função do desenvolvimento do turismo ter amadurecido pela lógica econômica, o que de alguma maneira propiciou sua expansão e conseqüentemente a organização das cidades, pelo viés financeiro, ganhando status de indústria sem chaminés, o que é criticado por muitos autores pois passa a falsa ideia de que não causaria danos ao meio ambiente.

O mundo pós moderno também colocou em destaque as reflexões sobre qualidade de vida, e as inúmeras formas de conquistá-la, gerando crises sociais importantes. Cada crise provocou em dado momento da história, progressos, ou retrocessos significativos na construção urbana. Esses avanços e retrocessos assumidos, em função da mundialização, ou globalização, que aumentou a rapidez das informações, dos transportes e na maneira do homem ver e interagir com o mundo, com o espaço e com o tempo.

Essa interação reflete nos aspectos mencionados ao longo deste artigo com respeito a sustentabilidade, já que essa se sustenta não só na dimensão econômica, mas principalmente considerando a dimensão social, na qual fazem parte os conceitos e paradigmas que envolvem a cultura, o lazer, as atividades relativas ao ócio. Todas elas inseridas no contexto do turismo e que precisam ser consideradas no planejamento urbano, dando condições preciosas na melhora da relação das pessoas com as pessoas e das pessoas com o ambiente.

Assim o tempo e o espaço são considerados vida e as pessoas redescobrem seu significado e o significado do lugar onde vivem, trabalham e também descansam. O progresso urbanístico deve valorizar todos os quesitos, não só os econômicos, como também os ambientais, os culturais e os relativos ao lazer. Isso implica em um planejamento regrado, estudado e organizado em função de tornar as cidades ambientes viáveis a plena cidadania.

Observa-se, portanto, que a civilização do lazer que vem tomando forma irá propiciar uma orientação mais dinâmica ao tempo livre, criando espaços criativos que considerem a iniciativa e a vontade das pessoas, a espontaneidade, o contato humano, bem-estar, divertimento e distração. Todas essas observações levam em conta esse novo



cidadão do mundo, que trabalha, produz, vive imerso no mundo capitalista e também se vê questionando a expectativa ilusória do progresso a qualquer custo.

A referência desse cidadão que evolui dentro do processo de globalização, precisa ser discutida, pois dela emergirão as possibilidades para o desenvolvimento das atividades turísticas fundamentadas na sustentabilidade. A organização das cidades, com vista na cultura e no lazer, aumentam as chances de tornar a vida urbana, acessível a todos, num exercício pleno da cidadania.

O turismo oportuniza, enquanto fenômeno social, o intercâmbio entre culturas, pois possibilita o convívio dos turistas com os aspectos representativos do patrimônio cultural local. Representa a ruptura do cotidiano, com liberação dos comportamentos e suspensão das regras e normas de convívio social, contribuindo para que, ao retornar ao seu local de origem, o turista incorpore a sua rotina as experiências que vivenciou .

Por fim, o turismo pode vir a ser uma ferramenta importante no desenvolvimento das cidades, focadas na sustentabilidade, cuja as regras sejam montadas em conjunto com a comunidade, oportunizando sua participação no planejamento e no uso irrestrito dos espaços para as manifestações democráticas de cultura e de vida. Para tanto, os avanços econômicos podem ser considerados, desde que não sejam a única fonte de progresso, e que os princípios de igualdade possam ser inseridos na manutenção e reorganização das cidades.

As conclusões aqui apresentadas levaram em conta a realização de pesquisa do tipo exploratória, em base bibliográfica, com a consulta a diferentes fontes que possibilitassem uma investigação breve e satisfatória sobre o tema, procurando estar sempre dentro das delimitações pretendidas nos objetivos desse artigo. O enfoque se construiu numa perspectiva dialética, entre o turismo, o progresso urbano e a qualidade vida, consideradas a partir das dimensões de cultura e lazer, com uma abordagem interdisciplinar.

Referências Bibliográficas

BADARÓ, Rui Aurélio De Lacerda. **Direito do Turismo**: história e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo – SP: SENAC, 2002.



BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, Karoliny Diniz (2011). **Contribuições teóricas dos estudos de performance para a análise da dinâmica das relações entre turismo e cultura**. Turismo & Sociedade, volume 4, nº2, páginas 164-185, UFPr.

COSTA, José Luiz Riani (1997). **Algumas reflexões sobre cidade saudável**. Saúde & Sociedade, volume 6, nº 2, páginas 65-70.

DUMAZEDIER, J. **Toward a Society of Leisure**. Londres: Collier Macmillan, 1967.

FERREIRA Yoshiya Nakagawara. (2000) **Metrópole Sustentável?** Não é uma questão urbana. São Paulo em Perspectiva, volume 14, nº 4. páginas 139-144, Fundação SEADE.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

GROSTEIN, Marta Dora (2001). **Metrópole e Expansão Urbana - persistência de processos "insustentáveis"**. São Paulo em Perspectiva, volume 15, nº 1, Fundação SEADE.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/ tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses S. **Gestão do território e a produção da sócio natureza nas ilhas do Lago Tucuruí na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

ORTIZ, R. **Mundialização, cultura e política**. (In) DOWBOR, L. et. al. (orgs). **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.



PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer** / Tradução: GOMES, Heloísa Toller. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SACHAS, Ignacy (2000). **Sociedade, cultura e meio ambiente**. Mundo & Vida. Alternativas em Estudos. Ano I, volume 1, páginas 7-13, PGCA – UFF, Niterói.

SOTOMAYOR, A.R. **Ocio y Turismo**. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos, 1959.

THEOBALD, William (org). **Turismo Global**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Campinas – SP: Papirus, 1998.

VECCHIATTI, Karin (2004). **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura**. São Paulo em Perspectiva, volume 18, nº 3, páginas 90-95, Fundação SEADE.

